

**AUTO DE DILIGÊNCIA / CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO**

Notificação de requerido por contacto pessoal

Portaria 233/2014 de 14 novembro

I	RESULTADO DA DILIGÊNCIA	1	POSITIVA	2	NEGATIVA		
II	DADOS DO PROCEDIMENTO						
3	Número:						
4	Requerido:						
III	DATA E LOCAL E QUEM REALIZA A DILIGÊNCIA						
5	Data:	_ _ / _ _ / _ _	6	Hora:	_ _ : _ _		
7	Morada:						
8	Latitude		9	Longitude:			
10	Agente de execução:						
II	NOTIFICAÇÃO CONCRETIZADA						
11	A notificação foi concretizada na pessoa do requerido, que aceitou receber e assinar o presente auto (preencher o campo 21 com o documento de identificação ou no campo 26 quando a verificação tenha ocorrido por outro meio).						
12	A notificação foi concretizada em terceira pessoa que declarou estar em condições de receber a notificação e ficou ciente de que constitui crime de desobediência a conduta de quem, tendo recebido a notificação, não segue logo que possível ao notificando (preencher os campos 20 e 21)						
13	O requerido recusou receber a notificação	O requerido foi expressamente informado do seguinte: a) A recusa em assinar a notificação ou receber a notificação não impede que se considere para todos os efeitos legais; b) Vai ser remetida notificação por correio registado simples nos termos do artigo 13º e 14º da Lei 32/2014 de 30 de maio; c) A notificação e os documentos que a acompanham podem ser levantados no escritório do agente de execução ou eletronicamente acedendo ao portal www.pepex.mj.pt .					
14	O requerido recusou assinar a presente certidão de notificação						
15	A notificação foi realizada por depósito nos termos do nº 4 do artigo 13º (pessoas singulares) ou nº 2 do artigo 14º da Lei 32/2014 de 30 de maio (justifique no campo 26)						
16	Nome de quem recebeu a notificação:						
17	Documento de identificação (natureza):	22	nº	_ _ _ _ _ _ _	23	Data:	_ _ / _ _ / _ _
III	NOTIFICAÇÃO NÃO CONCRETIZADA (complemente sempre a informação no quadro V)						
18	O endereço indicado não existe fisicamente ou não é suficiente para determinar a sua localização concreta						
19	O requerido já não reside na morada indicada.						
20	O requerido faleceu / pessoa coletiva foi dissolvida e liquidada / insolvente						
21	Não foi possível obter confirmação se o requerido reside no local / na zona.						
22	Outros motivos						
IV	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
23	Não foi possível obter informação sobre eventuais bens móveis penhoráveis						
24	Aparentemente existem bens passíveis de serem penhorados						
25	O requerido declarou que pretende pagar a quantia em dívida.						
26	O requerido declarou pretender celebrar um acordo de pagamento em prestações						
27	O requerido indicou bens à penhora (preencher anexo de indicação de bens à penhora)						
V	DADOS COMPLEMENTARES						
28							
III	ASSINATURAS						
28							



GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

AUTO DE DILIGÊNCIA

Portaria xxx/2014 de xx/xx/2014

Anexo

Indicação de bens à penhora

I	Número de ordem	1	_ _
---	-----------------	---	-----

II IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO/REQUERIDO

1	NÚMERO DO PROCESSO	
2	NOME DO REQUERIDO	

II BENS INDICADOS

Nº	Natureza	Descrição	Valor estimado

Rubrica: _____ / _____